



Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

FIRMEZA NOS PRINCÍPIOS COMBATE ÀS CONCEPÇÕES OPORTUNISTAS

A organização política «SEDES» recentemente, autorizada, representa sem dúvida um facto novo na política do regime, facto que as forças antifascistas não podem deixar de considerar atentadamente no contexto da sua política e

da sua acção militante contra a ditadura fascista, pelas liberdades democráticas.

Alguns democratas cheios de ilusões legalistas e prenes dum oportunismo sem princípios, logo se alvorçaram vendo na «SEDES» uma perspectiva favorável à sua actuação política, em vez de se interrogarem, com a ideia de responsabilidade, sobre os possíveis objectivos do governo ao autorizar a «SEDES».

A primeira pergunta que nesse sentido se pode fazer é se tal organização visa servir o regime e se, por isso mesmo, é fruto dum necessidade do governo para manter a unidade entre os vários grupos de interesses que representa nos aspectos fundamentais da sua política antipopular. Sim, é a nossa resposta.

A «SEDES» saiu dum sector do próprio regime tendo a enca-beçá-la dois membros do governo fascista de M. Caetano e alguns deputados caetanistas. Só por si isto seria motivo, mais do que suficiente, para todos os democratas, sem excepção, tomarem, pelo menos, uma posição de desconfiança em relação aquela

(continua na 2.ª pág.)

A INVASÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ perigosa aventura do governo de M. Caetano

A invasão armada da República da Guiné organizada pelos fascistas colonialistas portugueses a partir da colónia da Guiné-Bissau, na qual participaram unidades navais e militares portuguesas ao lado de elementos contra-revolucionários guineenses, é uma nova aventura belicista de perigosíssimas consequências para o nosso País. Ela integra-se na política de intriga, conspiração, intervenção e agressão que o governo de M. Caetano tem desenvolvido contra os estados africanos vizinhos das colónias portuguesas com o objectivo de cercar estas com um «cordão de segurança».

Os fascistas portugueses actuaram a coberto da protecção do imperialismo e como seus agentes para a manutenção do colonialismo e do neocolonialismo em África. Prova-o, na circunstância, o esforço do delegado americano na ONU, apoiado pelo inglês, para arrastar a questão, ganhar tempo e permitir a consumação do crime; prova-o a atitude negligente dos governos americano e inglês, absolutamente fora dos hábitos, bem definida por um informador do Departamento de Estado que, dois dias depois da invasão, ainda afirmava: «é preciso esperar até que se tornem claros os factos concernentes ao ataque»; prova-o a falta de calúnias que os grandes órgãos de imprensa imperialista lançaram sobre a República da Guiné e o seu presidente, dando assim uma cobertura político-publicitária à agressão dos colonialistas portugueses.

As provas da agressão portuguesa

Em face da acusação formulada por Sekou Touré, segundo a qual forças portuguesas participavam na invasão, o governo de M. Caetano apressou-se a apresentar um desmentido, alegando, «Não tem o mais ligeiro fundamento».

Os factos vindos já a público não só fundamentam a acusação como permitem a reconstituição do crime nas suas linhas gerais.

Foram feitos prisioneiros vários militares do exército por-

tuguês, entre eles: o capitão Fernando Ambrósio, o tenente João Januário Lopes e os soldados Seixas, Mário Brito, Oliveira Pato. Os seus depoimentos foram ouvidos pela missão da ONU.

Soube-se por eles que os elementos que participaram na invasão foram submetidos, em Bissau, a um treino altamente especializado, sob o controle directo do general Spínola. Daqui foram enviados para uma ilha nas proximidades da fronteira da Guiné, onde se lhes juntou mais um

(continua na 4.ª pág.)

OS PREÇOS POLÍTICOS e a escandalosa manobra do pão

Os preços porque as massas trabalhadoras pagam os produtos agrícolas, quer se trate do pão, quer se trate dos legumes, das hortaliças, do vinho, da carne, da fruta, etc., não são baratos, pelo contrário, são bem caros. Sucede, porém, que os pequenos e médios camponeses não recebem por eles, em geral, preços compensadores, ou, pior que isso, não encontram saída para os seus produtos, não lhes é permitido vendê-los directamente ao

consumidor. Isto é assim porque os pequenos e médios camponeses se encontram espartilhados pelo colete de forças da organização corporativa (grémios, federações, juntas, etc.), onde estão anichados os grandes intermediários e outros grandes ladrões do trabalho alheio.

Cabe dizer que o proletariado não tem qualquer interesse em pagar o pão e outros produtos agrícolas por preços ruinosos para os pequenos e médios camponeses. Está interessado, sim, em auferir salários que lhe permita pagar o pão e outros produtos de boa qualidade e em quantidades suficientes para se alimentar e aos seus por preços compensadores para os pequenos e médios camponeses.

O proletariado e os camponeses estão assim altamente interessados em se aliarem estreitamente na luta pela defesa dos seus interesses comuns, contra o Estado dos monopólios e dos grandes agrários.

Com a política dos preços políticos, de que o exemplo do pão é talvez o mais gritante, o governo de Caetano, como ontem os de Salazar, visa travar a luta da classe operária e das massas trabalhadoras por aumento de salários e desta forma servir os interesses rapaces dos grandes capitalistas e agrários.

O recente e escandaloso caso do pão, que M. Caetano prometeu bom e barato, mas que o povo viu dias depois baixar de qualidade e na prática aumentar duplamente de preço (crú pesava mais e de má qualidade, algum intragável, forçava o consumidor a comprar do mais caro) é significativo a esse respeito.

Os preços políticos praticados pelo governo dão a ideia ao povo de que paga, por exemplo, o pão e a carne a 10 e a 20, mas na realidade paga estes produtos a 15 e a 30 pois, como demonstrámos no último número do «Avante!», o governo concede aos agrários, moageiros e outros, subsídios no valor de milhões de contos que as massas laboriosas, o povo, pagam por outras formas, através dos variados impostos, taxas, descontos, etc.. Mas não só assim. Na mesma altura em que gritava que o preço do pão não seria aumentado, M. Caetano já tinha decidido aumentar o preço das massas alimentícias de 6,5 a 21%, incidindo o agravamento precisamente sobre as qualidades de maior consumo. Chama-se a isto atrair a atenção para um lado para ir morder no outro pela calada.

O governo procura fazer cair todo o ódio e a cólera popular sobre os pequenos e médios industriais e comerciantes que, na verdade, em vez de se organizarem e lutarem pela defesa dos seus interesses próprios, procuram quase sempre resolver as suas dificuldades explorando mais os trabalhadores ao seu serviço e usando a fraude contra o público consumidor.

As massas trabalhadoras, o povo consumidor, não devem deixar-se arrastar para esse caminho, pois os grandes responsáveis pela alta dos preços e da má qualidade dos produtos são o governo de M. Caetano e os grandes capitalistas e agrários que aquele serve. É pois contra eles que devem virar-se todas as armas de que o povo dispõe para se defender e atacar.

Três novas acções da «A.R.A.»

Foi amplamente difundido um novo comunicado da Acção Revolucionária Armada com a data de 21 de Novembro de 1970, em que esta organização antifascista dá conta que comandos seus «numa acção conjugada, levaram a efeito na madrugada de 20 de Novembro, três operações distintas: — destruição parcial da Escola Técnica da PIDE-DGS, principal instrumento de repressão fascista do governo de M. Caetano; destruição de importantes quantidades de equipamento e material armazenados no cais privativo da C.N.N., prontos para embarque no navio NIASSA para alimentar a guerra colonial; destruição do «Centro Cultural» da Embaixada dos Estados Unidos, em Lisboa, centro de propagação ideológica do imperialismo americano no nosso país».

É de salientar o facto destas acções terem sido orientadas contra o aparelho repressivo do fascismo, contra a máquina de guerra colonial e contra o imperialismo norte-americano no nos-

so país.

Noutra passagem do citado comunicado, o Comando Central da A.R.A. esclarece ser preocupação sua evitar «na medida do possível» perdas inúteis de vidas

E mais adiante salienta que «não podendo garantir em absoluto que em futuras acções revolucionárias não se venham a verificar acidentes mais graves que os verificados até agora, a ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA ARMADA responsabiliza desde já por tal eventualidade o governo de M. Caetano devido ao prosseguimento da sua política antinacional de terrorismo político, de guerra colonial e de sujeição ao imperialismo estrangeiro».

E a terminar: «A ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA ARMADA, fiel aos propósitos definidos no seu Comunicado de 26 de Outubro último, prosseguirá ao lado do povo e demais forças antifascistas a luta pelo derrubamento da ditadura fascista, contra a guerra colonial, contra o domínio imperialista no nosso país».

FIRMEZA NOS PRINCÍPIOS

(continuação da 1.ª pág.)

organização que, como é evidente, não visa acabar com o regime, antes se integra na política daqueles que querem salvá-lo e servir ainda melhor os interesses dos monopólios e dos grandes capitalistas.

Foi já muito estranho que homens tidos por democratas, como Mário Bruxelas, Rogério Fernandes, Carlos José Megre e Ribeiro Teles aparecessem de braço dado com membros do gove.no fascista como primeiros subscritores da «SEDES». A autorização concedida não foi certamente estranha a esse facto, assim como às garantias de que a «SEDES» seria um instrumento auxiliar do governo em todos os aspectos fundamentais da sua política antidemocrática e antinacional, de atracção de democratas hesitantes aos terrenos do regime, da divisão da Oposição Democrática.

Ao contrário do que pensam alguns democratas e pseudo-democratas, a autorização da «SEDES» não representa, pois, qualquer abertura do governo num sentido liberal e muito menos qualquer perigo para o regime.

Com a «SEDES», o governo pensa conseguir uma oposição inofensiva, há tanto tempo desejada, mas que até hoje nenhum democrata de direita ou de esquerda se prestou a caucionar.

Se é verdade que os chefes fascistas sempre recusaram autorizar qualquer organização política, convidaram sempre os «bons portugueses» a entrar para a «União Nacional» e mais tarde para a «ANP» onde, no seu dizer, poderiam manter as suas opiniões independentes, hoje tudo parece indicar que M. Caetano viu desde o princípio na «SEDES» uma organização capaz de ser um polo de atracção de democratas conservadores e vacilantes e um instrumento de divisão das forças democráticas capaz de conduzir ao almejado isolamento do P.C.P.. E, por outro lado, uma organização capaz de desempenhar também o papel de oposição para inglês ver, exigida pela necessidade da política externa do governo fascista de M. Caetano. A «ANP», herdeira da «União Nacional» não podia servir para realizar tal tarefa, por demasiado queimada.

Na sua maioria esmagadora, os democratas de esquerda encararam o aparecimento da «SEDES» no seu verdadeiro sentido, compreendendo perfeitamente que a única posição justa do Movimento Democrático era a de se manter firme nas suas posições de princípios e de independência política e prosseguir com maior energia ainda os seus esforços de organização com vista a fortalecer e alargar a unidade de todos os verdadeiros antifascistas e a orientá-los correctamente na luta diária pela conquista da liberdade política.

Na verdade os homens da «SEDES» não avançaram nada que o governo e a «União Nacional» na velha e na nova forma, não tenham já dito. Nalguns casos ficaram mesmo aquém. Problemas de fundo como a guerra colonial e o direito dos povos das colónias portuguesas, à autodeterminação e independência, a repressão política e as torturas aos presos políticos, a existência

e comportamento criminoso da PIDE-DGS, a existência da censura e a luta pela liberdade de imprensa, sobre a reivindicação do direito de organização e de actuação política de todas as correntes políticas, do direito de greve e da liberdade sindical, etc., não foram sequer tocados quanto mais tomada qualquer posição sobre eles.

É pelo menos de estranhar que, aqui e ali, um ou outro democrata tenha expressado a ideia ou atirado a hipótese de integração na «SEDES» para, segundo eles, ali continuarem em melhores condições a luta pelas liberdades democráticas. Seja com que capa se cubram e venham de onde vierem ideias ou hipóteses perturbadoras e capitulacionistas deste jaez devem ser combatidas com vigor e desmascarado com não menos vigor o oportunismo daqueles que as perfilham e propaguem.

Não se firmando em posições de princípios, os portadores de ideias e concepções oportunistas mostram-se incapazes de avançar direitos nas curvas mais apertadas da estrada da revolução.

Quando têm lugar grandes lutas de massas e estas descem à rua não é raro aparecerem certos políticos a darem-se ares de mentores mais ou menos radicais e até de revolucionários acabados. Outros, pelo contrário, tomam nessas alturas posições paternalistas, aconselhando as massas a serem cordatas para, dizem, não deitarem tudo a perder. Ligados uns e outros pelo cordão umbilical do oportunismo castrador e capitulacionista não confiam na acção das massas e temem ao mesmo tempo a acção das massas.

Quando nos períodos de refluxo, no nosso caso quase sempre acompanhado de repressão mais ou menos violenta, esses mesmos elementos põem-se a congeminar «políticas novas», «tácticas novíssimas» e «estratégias» capazes de mudar repentinamente o rumo das coisas, de librar o movimento democrático das dificuldades e elevá-lo a níveis nunca antes atingidos e enganar sagazmente, claro está, a camarilha fascista governante.

O caso relacionado com a «SEDES» que vimos tratando é característico a este respeito.

As «sábias» mudanças de política desses elementos trazem sempre no seu bojo concepções de um legalismo estreito e a ideia de pôr de banda os «queimados» (entenda-se os antifascistas mais consequentes) para não assustar os democratas conservadores e vacilantes e convencer os governantes fascistas de que o movimento democrático está «purificado», não se justificando mais quaisquer medidas repressivas contra ele. Outras vezes, lembram-se que a solução para as dificuldades que a luta pela democracia comporta seria mudar os nomes às coisas, isto é, às organizações e movimentos, e então inventam outras muito novas com nomes e aparência inofensivos, assim como uma «nova linha política» elaborada e apresentada com tal habilidade e cuidado que não vai assustar nem gregos nem troianos.

Não obstante as sucessivas e amargas desilusões que têm sofrido através dos anos, esses elementos voltam sempre ao princípio embora apresentando modelos novos.

Agora com a autorização da

«SEDES», quando seria de esperar uma firme posição de princípios e o aproveitamento de facto para incrementar os combates da Oposição Democrática pelo direito de organização, de reunião e de actuação política à luz do dia, pela amnistia e contra a repressão, pela liberdade de imprensa e contra a censura e por outras reivindicações democráticas, alguns, embora poucos, democratas, incluindo um ou outro que ainda ostenta o honroso título de membro do P.C.P., põem-se a correr de um lado para o outro a injectar o novo eixir da sua «novíssima linha política realista», dizem que a coisa é nova e merece estudo aprofundado (nisto coincidimos inteiramente), etc., mas logo sem qualquer estudo, sem se preocuparem em organizar dentro das estruturas do movimento democrático a discussão política do problema num espírito de independência e com vista à intensificação da acção dos democratas e das massas na base das estruturas existentes, aventam uns se não seria de entrar mesmo em bloco na «SEDES» para ali realizar uma actividade democrática capaz de a transformar numa organização democrática (parece inacreditável mas é verdade), aventam outros que o que agora há a fazer é criar uma associação legal qualquer para cobrir a actividade política dos democratas. Claro está que «qualquer associação» poderá vir a ser autorizada se os seus possíveis promotores derem ga-

rantias plenas de fazerem o que interessa ao governo e ao regime fascistas, isto é, de que seja inofensiva. Naturalmente que nenhum democrata digno desse nome deseja isso. E por isso dirão que não senhor, não é num tal tipo de organização que pensam, pensam, sim, numa organização para se bater pelas grandes reivindicações democráticas.

Admitir que o governo fascista de M. Caetano pudesse autorizar uma tal organização reflecte desde logo ilusões perigosas em relação ao carácter do regime e a concepção não menos perigosa de que o fascismo evoluiu e já não é bem fascismo. Além disso, uma tal iniciativa longe de mobilizar os democratas e as energias para a luta antifascista imediata, desviá-los-ia deste objectivo e contribuiria para agravar as tendências espectantes e paralisantes que já se verificam no movimento democrático.

Imaginação delirante, de mistura com muita ingenuidade política, não falta a estes democratas. Senso político e firmeza de princípios, isso parece faltar-lhes em boa medida.

Rádio Portugal Livre Voz do P.C.P.

Transmite diariamente das 8 às 8,30 em 19 metros, das 19 às 21 horas em 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.

Os pequenos camponeses do Vale do Vouga

A Junta Nacional do Vinho voltou à carga contra os produtores, lançando uma nova taxa de \$20 por litro sobre todo o vinho produzido pelos agricultores DESDE O ANO DE 1966! Os Grémios da Lavoura da região de Lafões já receberam instruções da Junta para procederem à cobrança, sobre toda a produção que exceda 20 almudes.

Tentando ressuscitar a malfadada taxa de \$40 por litro sobre os produtores, desta vez reduzida a metade, mas para ser cobrada sobre a produção destes últimos 5 anos, é grossa roubalheira da Junta Nacional dos Vinhos que não podia deixar de levantar uma justa revolta entre os pequenos vinhateiros.

Nalgumas regiões, estes já começaram a reagir. Os produtores de Oliveira de Frades, Vouzeira e Castro Daire devolveram, em branco, à Junta Nacional dos Vinhos, os boletins que esta lhes tinha enviado para preencherem como base da cobrança do imposto.

Esta primeira acção de protesto contra a nova taxa dos \$20 por litro deverá ser apoiada e seguida por todos os produtores abrangidos pela taxa.

A experiência da luta contra a antiga taxa dos \$40 mostra aos vinhateiros que devem unir-se de novo firmemente e apoiar com concentrações massivas jun-

to das Câmaras Municipais e dos Grémios da Lavoura a sua reclamação para que seja revogada esta nova taxa sobre a produção de vinho!

16 PATRIOTAS BASCOS AMEAÇADOS DE MORTE

No prosseguimento dos seus crimes contra o povo espanhol e as nacionalidades oprimidas, o governo franquista prepara-se para condenar à morte dezasseis nacionalistas bascos que vão ser julgados no Tribunal Militar de Burgos.

Todos os antifascistas de Espanha e a opinião progressista internacional desenvolvem grandes acções para travar a mão criminosa dos fascistas espanhóis.

Apelamos para a classe operária e restantes trabalhadores, para a intelectualidade e os estudantes, para todos os antifascistas portugueses que sempre estiveram ao lado do povo espanhol nos dias mais negros da opressão fascista, para que participem com a sua solidariedade activa na luta para salvar a vida dos 16 patriotas bascos.

Através de cartas, postais e mensagens colectivas façamos chegar o nosso protesto à Embaixada de Espanha, Lisboa, ao governo espanhol, ao Tribunal de Burgos.

O FASCISMO ESPEZINHA AS SUAS PRÓPRIAS LEIS trabalhadores e direcções sindicais reagem vivamente

A suspensão arbitrária e ilegal da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa é um novo passo da escalada repressiva contra o movimento sindical. Com ela, o governo fascista de M. Caetano procura afastar da acção sindical um destacamento numeroso, consciente e combativo do movimento operário e uma direcção que estava a dar provas de grande dinamismo.

Este golpe da repressão fascista a que não faltou sequer a presença criminosa da PIDE-DGS, que na noite de 13 de Novembro prendeu e agrediu violentamente o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa (também presidente eleito da Federação Metalúrgica) e um seu colaborador, faz parte da ofensiva repressiva com que desde há meses o governo de M. Caetano procura amordaçar e desarticlar o movimento sindical.

A ofensiva tem vindo a desenvolver-se nas mais variadas frentes e as autoridades fascistas não hesitam em espezinhar as suas próprias leis, ou alterá-las à pressa.

Por força da acção da censura e noticiário sindical praticamente desapareceu dos jornais. No Sindicato dos Têxteis do Porto a ilegalidade e a anormalidade campeiam há largos meses, ao mesmo tempo que decorrem as negociações para um novo CCT dos têxteis. Mais uma vez as autoridades fascistas, o patronato e os seus agentes procuram arrastar esta situação, agora com o pretexto do recurso para o Supremo Tribunal Administrativo da decisão do Tribunal do Trabalho do Porto que considerou elegível a lista B. O seu objectivo é evidente: cozinhar com uma comissão administrativa de factos do patronato um novo contrato de trabalho que ignore pura e simplesmente as aspirações e as reivindicações da classe têxtil. O governo civil de Lisboa proibiu uma assembleia extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa que se previa de grandes proporções, procurou impedir uma reunião no Sindicato dos Caixeiros e outras autoridades fascistas têm impedido ou dificultado a prática do direito de reunião nos Sindicatos.

Razões que não mascaram as verdadeiras razões

A nota lacónica com que os jornais do dia 14 de Novembro anunciaram a suspensão da Direcção dos Metalúrgicos de Lisboa é, em si mesma, uma flagrante demonstração do arbitrário procedimento do governo.

Quais as razões que fundamentam a suspensão? *Atitudes consideradas reprováveis*, é a resposta das autoridades fascistas. «Recusa em outorgar o acordo colectivo com os Transportes Aéreos Portugueses negociado pela direcção anterior», é a exemplificação dos jornais. «Atitude reprovável» certamente para o Sr. Vaz Pinto e outros magnatas da TAP e consequentemente

para o governo que os serve. Mas reprovável para os trabalhadores da TAP e para a massa dos metalúrgicos que o Sindicato representa? Este é o nó da questão. O crime da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa é o de ter defendido intransigentemente os interesses das massas trabalhadoras que o elegeram e fazê-lo apoiada na acção combativa dessas massas.

Ao suspender uma direcção eleita por cerca de 1.500 votos contra 18 e que soube fundir-se com a massa dos associados, substituindo-a por uma comissão administrativa de que faz parte um dos elementos da lista derrotada (um dos tais que obteve 18 votos) o governo de M. Caetano dá mais uma indicação sobre o «estado social» e o «estado de direito» que está a preparar.

A sanha odiata com que o governo fascista se lança contra o movimento sindical traduz perfeitamente o seu carácter de classe e reflecte o pavor de que se foi possuindo à medida que desabrochou, cresceu e se consolidou um poderoso movimento de massas dentro dos «Sindicatos nacionais» talhados para dividir a classe operária e os restantes trabalhadores e afastá-los da luta.

Grandes acções de protesto e solidariedade

Baseando-se nas suas armas principais — A UNIDADE E A ACÇÃO DAS MASSAS — o movimento sindical está a mostrar-se capaz de dar à ofensiva repressiva do fascismo a resposta adequada.

A proibição da Assembleia Geral dos Metalúrgicos responderam os trabalhadores da região de Lisboa fazendo circular nas empresas abaixo-assinados dos de protesto que em alguns dias recolheram cerca de 20 mil assinaturas. Houve casos de empresas em que os abaixo-assinados foram subscritos por mais de 90% dos trabalhadores.

Delegados das Direcções de 12 Sindicatos reunidos, no dia 11 de Outubro, enviaram ao presidente do conselho, ao ministro das corporações e ministro do interior, o telegrama seguinte:

«DIRECÇÕES SINDICATOS BANCÁRIOS COIMBRA BANCÁRIOS LISBOA CAIXEIROS LISBOA PROFISSIONAIS ESCRITÓRIO LISBOA LANIFÍCIOS CASTELO BRANCO LANIFÍCIOS GUARDA E VISEU LANIFÍCIOS LISBOA METALÚRGICOS PORTO PROPAGANDA MÉDICA SEGUROS LISBOA VIAJANTES E PRAÇA PORTO REUNIDOS PROTESTAM ENÉRGICAMENTE CONTRA DECISÃO QUE IMPEDIU ASSEMBLEIA METALÚRGICOS LISBOA DISCUSSÃO PROBLEMAS SINDICAIS SOLIDARIZANDO-SE INTEIRAMENTE DIRECÇÃO MESMO SINDICATO».

De vários pontos do País outros mensagens de solidariedade e apoio foram enviadas à direcção dos Metalúrgicos.

Mas a arbitrária suspensão desta Direcção provocou uma reacção ainda mais extensa e mais enérgica originando uma onda de mensagens de solidariedade e abaixo-assinados de protesto como os que os metalúrgicos do Porto enviaram ao ministro das corporações, somando já cerca de 2.909 assinaturas.

23 Sindicatos reúnem-se e protestam

A 15 de Novembro reuniram-se em Lisboa delegados das Direcções de 23 Sindicatos que aprovaram um conjunto de documentos da maior importância. Estiveram presentes os seguintes sindicatos: Ajudantes e Despachantes, Lisboa; Artes Gráficas, Porto; Bancários, Lisboa; Bancários, Coimbra; Bancários, Porto; Caixeiros, Lisboa; Carregadores e Tráfego, Lisboa; Escritórios, Braga; Escritórios, Lisboa; Escritórios, Porto; Escritórios, Setúbal; Escritórios e Caixeiros, Leiria; Escritórios e Caixeiros, Santarém; Ferroviários Serviços Centrais; Jornalistas; Lanifícios, Covilhã; Lanifícios, Lisboa; Metalúrgicos, Braga; Metalúrgicos, Lisboa; Metalúrgicos, Porto; Seguros, Lisboa; Seguros, Porto; Propaganda Médica.

Sobre o direito de reunião nos Sindicatos e ainda como protesto contra as proibições e impedimentos levantados pelas autoridades fascistas afirmam os 23 Sindicatos em exposição ao presidente do conselho.

«Em face do disposto no § 2.º do art. 2.º do Dec-Lei n.º 22 478, de 11 de Abril de 1933, e fora de dúvida que as reuniões de sócios, convocadas nos termos estatutários, não carecem quer de autorização quer de participação prévia».

e noutro passo: «... com a presente exposição, os signatários protestam contra tais arbitrariedades e requerem a V. Ex.ª se digne ordenar imediatamente às autoridades administrativas que respeitem na íntegra o exercício e o direito de reunião consignado na Constituição Política, no supra-citado Diploma Legal e nos Estatutos...»

Sobre a suspensão da Direcção dos Metalúrgicos de Lisboa afirmam os 23 Sindicatos:

Paralisações por aumento de salários Frente unida contra a repressão patronal!

MÁRIO NAVEGA, (Porto). No dia 21 de Outubro, os operários desta empresa (cerca de 500) fizeram uma paralisação de uma hora como protesto contra o facto de ter sido dado um aumento só a uma pequena parte do pessoal. Em consequência desta acção dos trabalhadores, a gerência prometeu para breve um aumento geral de salários.

OLIVEIRA & FERREIRINHA, (Porto). No dia 22 de Outubro os operários do turno B (de 350 a 400) fizeram uma paralisação de 15 minutos em apoio da reivindicação de aumento de 10.000 diários. Na secção de rescagem, a que se mostrou menos combativa, alguns «amarelos» não acompanharam a luta. Isto enfraqueceu a frente combativa dos trabalhadores, por isso o patronato achou-se com força para despedir um operário, mas teve, mesmo assim, de prometer um aumento de salários para Janeiro.

FÁBRICA DO COBRE, (Porto). Os operários desta empresa exigiram, através de uma comissão, um aumento imediato de salários. Foi-lhes concedido um aumento de 8500, mais 10500 de prémio

«Esta suspensão (...) demonstra claramente que, quaisquer dirigentes sindicais podem ser impedidos de exercer efectivamente as suas funções, com as graves consequências daí decorrentes, por meio de um acto judicial, sem qualquer independência, puramente comprovativo de uma imposição administrativa», e a terminar:

«... os Sindicatos signatários apresentam veemente protesto contra a medida de suspensão já tomada, pretendem que V. Ex.ª ordene a revogação imediata do Dec.-Lei 520-70 por inconstitucional, bem como a reintegração dos dirigentes agora suspensos».

Reforçar o carácter de massas do movimento

A força do movimento sindical assenta no carácter de massas de que se tem sabido revestir. O reforço desta característica é a primeira condição para que se consolide e enfrente com êxito a ofensiva repressiva do fascismo.

A intensificação da luta reivindicativa, através dos S.N. (aliada à luta nas empresas), a luta pela revisão dos contratos colectivos de trabalho, a realização de grandes assembleias para a discussão dos problemas dos trabalhadores, as reuniões por empresa e especialidade, as reuniões de jovens, asidas em massa ao Sindicato fazendo dele um ponto de encontro e de debate — continuem a ser as direcções capazes de assegurar o aprofundamento do carácter de massas do movimento sindical. Mas urge simultaneamente acompanhar com a acção das massas, as direcções da confiança dos trabalhadores impelindo-as para a acção em defesa dos interesses da classe e apoiando as frentes à repressão fascista.

O vasto movimento de solidariedade à Direcção dos Metalúrgicos de Lisboa e de protesto contra as arbitrariedades fascistas no próprio terreno da sua legislação sindical está a ser, pelo seu conteúdo e formas de acção, uma importante frente de combate que é necessário reforçar com novas e mais potentes acções.

diário, caso não tenham faltas.

CUF, (Barreiro). Todos os operários da secção de caldeiraria pararam umas horas como protesto contra a ausência de condições de segurança no trabalho que originaram a morte de um operário.

C.P., (Oficinas de Ovar). Em exposição à administração 130 trabalhadores destas oficinas exigiram o cumprimento de dois meios dias de descanso trimestral a que têm direito pelo CCT.

A luta por aumento de salários mantém-se na ordem do dia como a principal frente de batalha nas empresas. A experiência diária dos trabalhadores mostra que para que seja travada com êxito é necessário prepará-la em pequenas e grandes reuniões em que todos sejam ouvidos e mobilizados, é necessário organizá-la constituindo Comissões de Unidade com os trabalhadores mais combativos e dedicados à classe, é necessário reforçar o que se faz nas empresas com a acção junto do Sindicato, constituindo Comissões Sindicais e indo ali em massa levantar e debater os problemas.

(continua na 5.ª pág.)

A CAMPANHA DE FUNDOS DO decorrerá durante todo o ano de 1971



Como dissemos no número do «Avante!» de Novembro, a Campanha de Fundos do 50.º Aniversário do Partido Comunista Português decorrerá durante todo o ano de 1971.

No sentido de facilitar o controlo das listas com as quantias recebidas dos amigos do Partido e possivelmente facilitar também o trabalho de angariação de fundos, a Comissão Executiva do C.C. decidiu que todas as listas recebidas sejam integradas na Campanha do 50.º Aniversário do Partido. Isto pressupõe naturalmente que as quantias das rubricas habituais sejam daqui em diante aumentadas substancialmente, que novos grupos de amigos sejam criados e organizados e que novas rubricas com quantias com nomes alusivos a acontecimentos revolucionários, palavras de ordem, datas históricas do movimento revolucionário nacional e internacional, etc., passem

a aparecer mensalmente nas listas de fundos para o Partido.

Esperamos que os militantes e simpatizantes, as células, comités de zona, locais, regionais, etc., nos façam chegar os seus planos de trabalho com os quantitativos que se propõem obter durante a Campanha a começar no próximo mês de Janeiro.

Como em toda a acção revolucionária também aqui será o trabalho de organização a realizar que decidirá do sucesso da Campanha.

A tarefa urgente que se coloca a todos os militantes e organizações do Partido é pois, organizar a discussão política sobre os fundos, organizar grupos de amigos do Partido, organizar Comissões para angariarem fundos, organizar a propaganda política em volta deste problema capital para a acção revolucionária do Partido do proletariado português.

O 5 DE OUTUBRO NO BRASIL

Como já vem sendo tradição dos democratas portugueses residentes na cidade brasileira de S. Paulo, a comemoração do dia da implantação da República não foi só uma romagem de saudade ao longínquo dia 5 de Outubro de 1910, mas sim uma atitude de presença e de confiança num futuro cada dia mais perto que levará o movimento democrático português, o povo português, ao derubamento da ditadura fascista e à implantação de um regime democrático e popular em Portugal.

O acto comemorativo foi presidido pelo escritor Adolfo Casais Monteiro. No fim do jantar, Casais Monteiro apresentou o orador da noite, o prof. Paulo Duarte, um grande brasileiro e, segundo a sua própria expressão, um grande português. O orador atendeu às condições de luta do povo português, e acabou por formular um voto pela vitória dos democratas portugueses, contra o regime fascista e colonialista de M. Caetano, por um Portugal livre.

Foram recebidas mensagens de numerosos democratas que não puderam comparecer ao acto.

Os profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado enviaram telegramas fazendo apelo ao fortalecimento da unidade dos democratas, e manifestando-se pela independência dos povos das colónias portuguesas.

Augusto Aragão, Francisco Vidal, Vitor Ramos e Barradas de Carvalho enviaram também telegramas de solidariedade aos democratas portugueses.

Foram ainda recebidas mensagens de diversas instituições democráticas brasileiras e de democratas espanhóis residentes no Brasil.

Foi enviado um telegrama ao Presidente da República assinado pelo presidente do acto comemorativo e aprovado por todos os presentes, solicitando a abolição das medidas de segurança, e a decretação de uma amnistia que abranja todos os presos e exilados políticos de Portugal e das Colónias.

O jornalista e democrata português, Miguel Urbano Rodrigues, leu um documento dirigido ao povo português, que foi aprovado por aclamação, e assinado por todos os presentes. Este documento desmascara o governo de Marcelo Caetano exigindo: o fim das guerras coloniais, amnistia aos presos, perseguidos e exilados políticos; a supressão da DGS-PIDE; o regresso dos soldados que compõem o exército colonial; a abolição da censura; a liberdade sindical; o reconhecimento oficial da oposição democrática.

Factos e comentários

Pegamos ao acaso numa folha de jornal e vamos anotando algumas frases:

— «É um facto que se Lênine «reaparecesse» seria enviado para a Sibéria...»

— «... equipa colegial do Kremlin assim como as suas «scurrais» comunistas através do mundo»,

— «... Levar o partido cubano ao apoio incondicional da União Soviética, servindo-lhe de trampolim para as relações com as oligarquias sul-americanas»,

— «O que os soldados foram fazer a Praga foi defender «os negócios económicos» de Moscovo»,

Perigosa aventura do governo de M. Caetano

(continuação da 1.ª pág.)

grupo de homens armados, apresentados na altura como sendo naturais da República da Guiné. Entre as forças portuguesas estalou um motim nas vésperas da invasão, tendo o major Almeida, que devia comandar a operação, aderido aos amotinados, pelo que foi enviado para Bissau por ordem directa do Spínola.

Soube-se também que as forças invasoras foram transportadas para Conacri nos barcos portugueses Bombarda, Idra, Orion e Dragão.

O PAIGC entregou à missão da ONU bandas gravadas com conversações travadas, em português, entre os comandos portugueses em operações em Conacri e as unidades navais estacionadas ao largo das costas da República da Guiné.

Além do desembarque em Conacri, uma coluna de centenas de homens saída da colónia da Guiné invadiu a República da Guiné, na região da Fundada.

Outros factos comprometedores

A própria imprensa censurada e os comunicados fascistas revelam factos que, se relacionados, não deixam de ser menos comprometedores para o governo de M. Caetano.

Não será estranho que um dos principais alvos dos ataques militares em Conacri tenha sido precisamente a sede do PAIGC, que ficou praticamente destruída?

De onde caíram tantos portugueses, militares e civis, que segundo os comunicados fascistas, estariam retidos na República da Guiné e que aproveitando os acontecimentos se libertaram

apresentando-se aos grupos nas fronteiras da colónia da Guiné?

O País desconhecia que tivessem caído prisioneiros do PAIGC tantos militares portugueses. Das duas, uma, ou o governo mentiu anteriormente quando informava das baixas do exército colonial, ou mente agora, querendo fazer passar por prisioneiros libertados o que são, realmente, forças invasoras destroçadas.

Porque razão a debandada dos «militares guineenses inimigos políticos do presidente Sekou Touré» — como dizem os fascistas — se dirigem apenas para as fronteiras da colónia da Guiné e não há notícias deles noutros estados africanos vizinhos? A que atribuir a tocante solicitude com que o general Spínola recebe e, acto contínuo, os faz transportar de avião e de helicóptero para Bissau?

E as vinds contínuas, muitas delas secretas, do general Spínola a Lisboa e a sua longa permanência na capital entrevistando-se com vários membros do governo, incluindo o presidente do conselho, pouco antes da invasão da República da Guiné, não estariam relacionadas com a preparação desta? Não indica tudo isto que o governo fascista está comprometido na aventura ao mais alto nível de M. Caetano?

Apanhados em flagrante os fascistas mefem os pés pelas mãos

Reagindo ao pesado questionário constituído pelo relatório da missão da ONU, os fascistas clamam: «o governo português colhido de surpresa rejeita qualquer recomendação que estabeleça a culpabilidade de entidades ou pessoas portuguesas».

Mas como é? Então é colhido de surpresa e rejeita logo a hipótese de culpabilidade de qualquer português?

E depois, como colhido de sur-

preza? As acusações apareceram agora, pela primeira vez, no relatório da missão da ONU?

E o general Spínola não afirmara já precisamente o contrário? Disse ele: «Não nos surpreenderá... que... se forgem agora testemunhos à medida das conveniências, testemunhos esses prestados por quem... esteja pronto a afirmar que partiu da Guiné...» «O Spínola sabia-se desmascarado e, por isso chamava antes que lhe chamassem. O governo e o seu representante na ONU, António Patrício, fazem figura de ingénua, mas não se furtam por isso a declarações reveladoras.

«... não existem quaisquer provas que possam apoiar as acusações», protesta este, para logo à frente declarar, «as informações recolhidas foram obtidas principalmente de prisioneiros». Então, a existência de prisioneiros, com a sua identidade, a sua patente no exército português, não é em si mesma uma prova? Ao reconhecer a existência de prisioneiros, o delegado português na ONU reconhece implicitamente a participação de forças portuguesas na invasão da Guiné.

Um pronto esclarecimento dos factos Uma exigência nacional

A tentativa dos fascistas portugueses para derrubar o regime progressista de Sekou Touré e substituí-lo por um regime de laiaos do imperialismo fracassou estrondosamente.

Esta nova aventura demonstra, porém, que a cega política colonialista do governo de M. Caetano está a arrastar o País para situações cada vez mais perigosas, para conflitos cada vez mais graves.

A agressão à República da Gui-

ne não é um caso isolado, é mais um caso. E há razões para se ver o futuro com apreensão, quando se ouve o Spínola declarar: «devemos estar dispostos a enfrentar acusações, progressivamente mais graves».

O povo português deve exigir que o governo esclareça toda a sua responsabilidade na invasão da República da Guiné.

O povo português deve exigir que os fascistas ponham termo às provocações e agressões aos estados africanos independentes.

O povo português deve exigir o fim das guerras coloniais através de negociações com os Movimentos de Libertação que conduzam à independência imediata das colónias.

Enquanto continuarem as guerras coloniais permanecem os riscos do País ser envolvido em conflitos cada vez mais extensos, ruinosos e sangrentos.

DESMASCARANDO OS MISTIFICADORES

Acerca do «golpe» do grupeto de aventureiros de Argélia, muito haverá ainda que contar e que dizer. Por hoje queremos apenas referir um aspecto.

O caminho da divisão e da diversão escolhido por esses elementos tem, entre as suas causas, a recusa a reconhecer as modificações verificadas nos últimos anos na organização das forças antifascistas portuguesas e o facto incontroverso de que a FPLN, como organização unitária e mesmo como movimento unitário, deixara de existir em Portugal.

Que se passou desde a 3ª Conferência da FPLN realizada em Outubro de 1964?

Nessa Conferência ainda participaram o PCP, a Resistência Republicana e Socialista (RRS), o MAR e organismos da FPLN no interior além de diversas personalidades. Desde então, a organização e a posição dos sectores antifascistas portugueses sofreram sérias alterações. A RRS transformou-se na ASP e esta (voltada para a busca dum legalidade preferencial) retirou do organismo de Argel o seu representante. O MAR, roído pela contradição entre as suas consignas ultra-revolucionárias e a sua total incapacidade operativa, dissolveu-se e o seu representante no organismo de Argel retirou-se também. Os organismos da FPLN em Portugal (Executivo da Junta Central e Juntas Patrióticas) foram atingidos pela repressão e nenhum outro sector político além dos comunistas indicou militantes para novas estruturas da FPLN, que deixara de corresponder à situação existente. É uma verdade conhecida que, no solo nacional, a FPLN desapareceu completamente da cena política.

Isto é sabido em Portugal por qualquer democrata, mas, no estrangeiro, esses elementos de Ar-

gel continuavam a falar como dirigentes da FPLN e a afirmar que esta era a organização antifascista clandestina na qual em Portugal estavam integrados todos os sectores políticos incluindo o P.C.P.

A partir de 1968, em Portugal, os democratas, unidos numa vasta frente, criaram novas formas de organização, formaram novas estruturas com a participação de milhares de militantes, organizaram um amplo movimento nacional de massas contra o fascismo.

No entender do P.C.P., o núcleo de Argel poderia e deveria ao menos ter tido nessa fase de luta um importante papel a desempenhar: informar a opinião pública internacional da luta do povo e dos democratas portugueses, promover a solidariedade internacional para com essa luta, mobilizar os seus próprios recursos para ajudá-la.

Mas tal actividade não correspondia à ambição e às protecções de chefia de alguns elementos residentes em Argel. Eles não queriam reconhecer que o movimento antifascista português tinha e tem os seus dirigentes no interior e procuraram sistematicamente denegrir e diminuir as lutas que se travaram em Portugal.

A insistência do PCP para que fosse posto fim a essa mistificação e as informações correctas que o PCP dava aos seus contactos internacionais acerca da real organização das forças democráticas portuguesas e da FPLN, tropeçaram com a resistência desses elementos. Eles continuavam a apresentar-se junto das autoridades argelinas, assim como em contactos internacionais, como se fossem «chefes» da Oposição portuguesa, os membros dum organismo de «cúpu'a» e a afirmar que a FPLN (completamente inexistente como tal no interior) continuava a ser a organização revolucionária que

abarcava todos os sectores políticos.

A recusa a falar verdade, a sua pretensão de se apresentarem internacionalmente como «chefes» da Oposição antifascista portuguesa, o receio do final esclarecimento da sua modesta importância no movimento antifascista português, estão nas raízes do «golpe» dos aventureiros.

Continuando a sua mistificação, ousam eles afirmar que a raíz do conflito é o facto de o PCP ter procurado impedir a criação de estruturas da FPLN, de estruturas clandestinas unitárias, em Portugal.

A afirmação é tão ridícula que nem mereceria contestação se não abusassem da boa fé de pessoas mal informadas.

A verdade é que os homens, que em Argel cooperavam com os membros do PCP, não tiveram sequer durante vários anos qualquer ligação com o interior que não fosse por intermédio do PCP, e jámais indicaram um único militante antifascista no interior, um único «correligionário» dos seus que, no interior, pudesse e quisesse participar em estruturas clandestinas unitárias, ao lado dos comunistas.

Resumidas ao essencial, as propostas desses elementos consistiam em que o PCP constituísse (mesmo que só com comunistas, como alguns disseram) estruturas clandestinas supostamente unitárias e com a pretensão de dirigir todo o movimento antifascista e que colocasse essas estruturas sob a direcção deles, emigrados em Argel.

Por muito que pese aos que de «revolucionários» só têm as pala-

avras, é sabido que o PCP é o único partido revolucionário organizado em Portugal. É o único que conduz dia a dia a luta nas condições de clandestinidade. O PCP desenvolve um constante esforço para que outros sectores políticos antifascistas participem na criação de organizações revolucionárias clandestinas unitárias em Portugal, uma vez que (como o PCC constantemente tem sublinhado) as formas de acção legal e semi-legal, apesar da sua grande importância, não podem responder a todas as tarefas que se colocam ante um movimento que tem como perspectiva uma luta revolucionária aguda.

Mas organizações revolucionárias unitárias em Portugal não se constituem com emigrados que não estão dispostos a vir lutar para o interior, nem com gente que fala muito mas pouco ou nada faz. Organizações revolucionárias em Portugal constituem-se com militantes dispostos a afrontar os perigos da luta clandestina e a jogar a sua liberdade e a sua vida como fazem os comunistas.

Com todos os verdadeiros revolucionários o PCP está disposto a unir as suas forças, nos vários domínios da actividade.

Mas dará combate ao verbalismo irresponsável, aos desagregadores que procuram esco.lder a sua luta contra o Partido atrás de uma luta contra a Direcção, aos que bradam às armas sem coragem para empunhá-las, aos pequenoburgueses que pretendem ensinar à classe operária e ao povo como se faz a revolução, sem que tenham nem força, nem determinação, nem coragem, para fazê-la.

Da censura prévia ao «exame prévio»

ABOLIÇÃO DA CENSURA! LIBERDADE DE IMPRENSA!

«Bases gerais de um novo regime jurídico de imprensa» e não uma autêntica proposta de lei de imprensa que consignasse sem sofismas a liberdade desta, foi o que o governo enviou a essa paródia de parlamento que é a chamada Assembleia Nacional.

O processo é sempre o mesmo: começam por falar em liberdade e direitos e terminam por precisar bem uma infinidade de normas restritivas que anulam inteiramente aqueles.

«As novas bases do regime jurídico da imprensa» deixam as coisas talvez pior que antes. Com medo da espada sempre suspensa sobre o pescoço, jornalistas, directores e editores de jornais e até os simples tipógrafos, passarão a auto-censurar-se ainda com mais atenção e rigor que antes. Os «superiores interesses do País» os «interesses comuns», os «actos subversivos», a «defesa do bem comum», os «interesses individuais dignos de protecção», o «interesse superior da colectividade», etc., etc., etc., são alçapões

de tal forma sensíveis que ao mais pequeno toque se abrem para darem passagem para a prisão aos incautos. Enfim, a grande inovação de M. Caetano é a substituição da prévia censura pelo «exame prévio».

Os trabalhadores, os intelectuais os estudantes, os democratas, não podem aceitar de braços cruzados que as coisas fiquem como antes. Todos vêm reclamando através dos 44 anos de reinado fascista a abolição da censura e a liberdade de imprensa. A situação exige hoje de todos, sem perda de um momento, a organização de acções orientadas para uma verdadeira campanha nacional pelo termo de facto da censura, pela liberdade de imprensa.

Comissões, reuniões, exposições, abaixo assinados em massa, manifestações variadas junto da chamada Assembleia Nacional, devem ser postos em marcha para impor ao governo a vontade popular que reclama: **ABOLIÇÃO DA CENSURA! LIBERDADE DE IMPRENSA!**

OCTÁVIO PATO E FERNANDA TOMAZ

LIBERTADOS! AMNISTIA!

Libertação de todos os presos políticos!

Octávio Pato, que na altura em que foi preso era membro do Secretariado do Comité Central do P.C.P., passou 9 longos anos nas prisões fascistas.

Fernanda Tomaz, que quando presa era uma militante comunista destacada, só ao fim de 10 anos foi libertada.

Devido aos longos anos de prisão e às torturas sofridas nos antros da PIDE quando presos, ambos têm a saúde bastante abalada.

A sua libertação deve-se, porém, mais aos clamores e luta populares através dos anos, associada à larga solidariedade internacional, que à vontade própria do do governo de M. Caetano e da sua PIDE-DGS.

Vê-se assim que vale a pena insistir na acção contra a repres-

são política, pela Amnistia, pela libertação dos presos políticos.

Os protestos contra a repressão, as torturas aos presos, as longas condenações; as reclamações pela libertação dos presos com a pena terminada, com metade da pena cumprida, com a saúde abalada; a exigência dum tratamento humano para os presos políticos — são acções que devem multiplicar-se e ampliar-se à escala local, regional e nacional, até se transformarem numa torrente caudalosa correndo em todas as direcções, capaz de impor ao governo a AMNISTIA, a libertação de todos os presos.

Todos em marcha agitando, reclamando e actuando insistentemente por uma AMNISTIA total para os presos políticos!

Paralisações por aumento de salários

(continuação da 3.ª pág.)

Há que reforçar a luta contra os despedimentos e castigos arbitrários como os que foram aplicados a dezenas de trabalhadores dos Transportes Colectivos do

Porto. Com eles pretende o patronato intimidar os trabalhadores e submetê-los a salários de miséria e a uma disciplina de caserna. Há que fazer-lhes frente maciçamente.



CRÓNICA INTERNACIONAL

A situação política internacional foi marcada, ao longo do mês de Novembro, por um punhado de acontecimentos que evidenciam, por um lado, a consolidação e o progresso das forças do socialismo, do anti-imperialismo e da paz, e, por outro lado, os desesperados esforços do imperialismo, particularmente, do imperialismo norte-americano, para contrariar esta tendência, ao mesmo tempo que as suas dificuldades aumentam.

Ao recomenciar bárbaramente os bombardeamentos contra o Vietnã do Norte, após dois anos de suspensão, o imperialismo norte-americano destruiu, mais uma vez, a máscara «pacifista» com que vinha procurando apresentar-se através das afirmações de Nixon. A doutrina com que procurou justificar a nova agressão — «protecção das vidas dos pilotos americanos dos aviões de reconhecimento» — foi acolhida pela opinião pública internacional com inquietação e repulsa, pois confirma que a administração Nixon não só se permite violar as fronteiras dos outros estados e as regras da vida internacional como se arroga ainda o direito de proteger esses crimes com o recurso à força bruta dos bombardeiros. A agressão redundou por isso num novo fracasso político para os Estados Unidos e não a terou em nada o curso da luta libertadora dos povos da Indochina onde os americanos somam derrotas.

Também no Médio Oriente foi o próprio Nixon que se encarregou de destruir a legenda de prometer negociações pacíficas com que há meses atrás se procurou enfeitar.

O seu pedido ao Congresso de cerca de 15 milhões de contos para o reforço do auxílio militar a Israel no próprio momento em que Gunnar Jarring, o negociador da ONU, denunciou o governo israelita como responsável pelo malogro das negociações, é uma prova mais de que por detrás do pequeno estado de Israel e da sua belicosidade se encontra o poderoso imperialismo americano e a sua política de agressão aos estados árabes progressivos. O auto-desmascaramento americano mostra que foi justa a orientação seguida por alguns estados árabes ao aceitarem negociações de paz; esta orientação permitiu esvaziar a demagogia «pacifista» dos Estados Unidos, fortalecer a posição política dos estados árabes progressivos. A proposta federação do Egipto, Líbia e Síria a que a Síria acaba de aderir apresenta-se como um novo tipo de unidade entre os estados árabes mais avançados e representa um considerável reforço da frente anti-imperialista nesta parte do mundo.

Os Estados Unidos empenharam-se uma vez mais, na campanha para bloquear a entrada da República Popular da China nas Nações Unidas. A China Popular não ocupou ainda este ano o lugar que lhe pertence de direito, mas pela primeira vez os países que se batem pela sua admissão na ONU alcançaram a maioria simples. Contra a posição dos Estados Unidos votaram alguns dos seus mais próximos aliados, como a Inglaterra, a Itália, o Canadá e a França, cujo delegado verberou a falta de realismo da política americana nesta questão.

Mas não é apenas em relação à admissão da China na ONU que os americanos e os seus aliados mais próximos entram em choque. A redução das importações aprovada

pelo Congresso dos Estados Unidos e a viva reacção que está a provocar em todos os países da Europa Ocidental, que vão ao ponto de ameaçar com medidas de retaliação, são exemplos das sérias dificuldades que defronta a economia americana e das contradições que corroem o campo imperialista.

Na sequência do Tratado Germano-Soviético, o acordo polaco-germânico ocidental, que reconhece a linha Oder-Neisse como fronteira ocidental da Polónia e condena o recurso ao uso da força, é um passo no sentido do desanuviamento da tensão na Europa e no Mundo e uma demonstração mais de que o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva entre os estados europeus não é uma tarefa irrealizável.

A conclusão das conversações entre a União Soviética e a Itália segundo a qual «devem ter lugar tão breve quanto possível contactos multilaterais Leste-Oeste como possibilidade para abrirem caminho para uma Conferência Europeia de Segurança» revestiu-se da maior importância e indica que entraram no caminho da con-

cretização os esforços tendentes à convocação duma Conferência Europeia de Segurança preconizada pelos países socialistas e os partidos comunistas e operários, nomeadamente nas conferências de Karlovy Vary, de 1967, na Conferência de Moscovo, de 1969, e a que a conferência dos países socialistas realizada em Junho deste ano, em Budapeste, deu um impulso decisivo.

A luta pela segurança europeia não é uma questão exclusiva dos povos da Europa. Pelo papel que a Europa desempenha ainda no mundo actual, os êxitos alcançados neste caminho reflectir-se-ão positivamente sobre toda a situação internacional.

A luta pela segurança europeia não é apenas um aspecto da luta pela paz, é também um aspecto da luta contra o imperialismo e pela liberdade dos povos. Não é por acaso que os imperialistas americanos contrariam e pretendem travar os passos positivos que têm sido dados na direcção de segurança europeia e se esforçam a todo o transe para reanimar a NATO como pacto agressivo. É que a tensão na Europa é condição da permanência das forças armadas americanas nesta região do mundo e da subordinação dos estados europeus capitalistas aos objectivos estratégicos e táticos do imperialismo norte-americano.

MENSAGEM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA GUINÉ SEKOU TOURÉ

O Partido Comunista Português exprime a sua total solidariedade ao povo guineense, ao Partido Democrático da Guiné e a vós Presidente Sekou Touré, na vossa luta contra a agressão dos colonialistas portugueses. O Partido Comunista Português, activamente solidário com a luta dos povos da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, de há muito que desmascarou as manobras criminosas do governo fascista e colonialista de Lisboa contra os Estados africanos independentes e progressistas. Agente do imperialismo internacional para a manutenção e o reforço do colonialismo e do neo-colonialismo em África, o governo de Lisboa procura também atacar pelas costas o movimento de libertação dos povos das colónias portuguesas.

O Partido Comunista Português condena enérgicamente a agressão dos colonialistas portugueses contra a República da Guiné, assegurando-vos o apoio dos comunistas e da classe operária de Portugal e exprime a certeza de que esta criminoso provocação estará condenada ao malogro.

25 de Novembro de 1970

O Comité Central do Partido Comunista Português

X Congresso DO PARTIDO SOCIALISTA OPERÁRIO HÚNGARO

Na sua mensagem de saudação enviada ao Partido irmão da Hungria, o Comité Central do Partido Comunista Português

«... saúda calorosa e fraternalmente o X Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro e, por seu intermédio, todos os comunistas e o povo da República da Hungria, fazendo votos pelo sucesso dos trabalhos do Congresso e pelos melhores resultados na aplicação das suas resoluções.»

«Os comunistas e a classe operária do nosso país acompanham com elevado interesse as realizações do povo húngaro na construção do socialismo e a actividade do vosso Partido na direcção desta grande tarefa. As vossas vitórias e os vossos êxitos são um valioso

contributo à luta do proletariado internacional contra a opressão e a exploração capitalistas, à luta dos povos contra o imperialismo. São também, e por isso mesmo, uma valiosa ajuda à nossa própria luta, que travamos nas condições da mais severa clandestinidade, para libertar a nossa pátria da tirania fascista, instaurar um regime democrático, conquistar a verdadeira independência nacional e abrir caminho à revolução socialista.»

«A nossa luta é e será ainda dura e difícil. Mas a vitória final será nossa.»

«Os trabalhadores e os democratas portugueses não estão sós. Sabem que o campo socialista com a União Soviética à sua frente,

53.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro

Transcrevemos alguns extractos da mensagem de saudação enviada ao Comité Central do PCUS pelo Comité Central do nosso Partido na passagem deste aniversário:

«Em nome dos membros do Partido Comunista Português e da classe operária de Portugal, enviamos ao Partido Comunista da União Soviética e ao povo soviético as mais calorosas e fraternais saudações por motivo do 53.º aniversário da grande Revolução Socialista de Outubro.»

«A Revolução de Outubro, e às ulteriores realizações e vitórias históricas do povo soviético sob a direcção do PCUS, à ajuda directa da União Soviética e à sua influência na arena mundial, estão indissolúvelmente ligados todos os grandes acontecimentos revolucionários da nossa época: a conquista do poder pelos trabalhadores em numerosos países, a criação do sistema socialista, a defesa do socialismo contra o imperialismo e a contra-revolução, a criação e desenvolvimento das vanguardas revolucionárias da classe operária, o desenvolvimento da luta dos povos submetidos ao jugo colonial e a conquista da independência por numerosos povos e nações.»

«Os comunistas e os trabalhadores de Portugal sentem a profunda ligação entre a sua luta pela liberdade, pela independência nacional e pelo socialismo e as realizações, as vitórias e a política da União Soviética. Ao longo de 44 anos de ditadura fascista, conhecem bem, pela sua própria experiência, o que significa a solidariedade activa do PCUS e do povo soviético. Sabem que a URSS está ao lado dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, cuja justa luta pela independência se dirige contra os mesmos inimigos: o fascismo e o colonialismo português. Nem a propaganda antisoviética do fascismo ao longo de 44 anos de ditadura; nem a privação das mais elementares liberdades para impedir que em Portugal se divulguem as realizações soviéticas; nem as perseguições contra todos aqueles que manifestam a sua simpatia pela URSS; nem o anti-sovietismo dos oportunistas de direita e de esquerda conseguiram ou conseguem abalar a profunda amizade e confiança dos trabalhadores portugueses na URSS e no PCUS.»

como seu principal baluarte, é o guardião da paz, o intransigente defensor da liberdade e da independência dos povos e força determinante na luta contra o imperialismo. Os comunistas e os trabalhadores portugueses sabem também que não lhes falta nem faltará a solidariedade internacional dos seus irmãos de classe, da URSS e outros países socialistas, do movimento comunista, do povo e do partido irmão da Hungria socialista.»

«Estamos certos, queridos camaradas, que a colaboração e amizade fraternais que ligam o Partido Socialista Operário Húngaro ao Partido Comunista Português serão cada vez mais firmes e frutuozas.»